



Recebido em 24/1/2025
Aceito em 3/11/2025
DOI: 10.26512/emtempos.v25i47.56971

ARTIGO

Em busca de alianças afetivas: o historiador do tempo presente encontra as “Guerreiras da Ancestralidade”

In search of affection alliances:
the historian of the present time meets the “Warriors of Ancestry”

Carlos Roberto da Silva

Doutorando em História na Universidade do Estado de Santa Catarina

<https://orcid.org/0009-0004-4228-4352>

RESUMO: Este estudo investiga os desafios éticos e epistemológicos que envolvem a relação entre historiadores não indígenas e produções intelectuais indígenas contemporâneas, a partir da questão-problema sobre como construir alianças afetivas entre diferentes cosmovisões sem reproduzir assimetrias coloniais. Busca-se compreender de que modo a prática historiográfica pode ser reposicionada diante das epistemologias indígenas, considerando o papel do historiador como aliado político e ético na construção de narrativas plurais. A pesquisa adota uma abordagem qualitativa e reflexiva, sustentada em análise bibliográfica e estudo de caso, utilizando como *corpus* documental os escritos do “Álbum Biográfico Guerreiras da Ancestralidade”, produzidos pelo coletivo Mulherio das Letras Indígenas, bem como reflexões de autores como Ailton Krenak, Eliana Souza Tremembé e Felipe Coelho Iaru Yê Takarijú. A análise revela a centralidade das alianças afetivas como mediação ética entre diferentes regimes de historicidade e como instrumento de transformação da prática historiográfica, permitindo concluir que repensar o lugar do historiador implica reconhecer a pluriversalidade dos saberes e construir práticas baseadas na escuta, no respeito às ancestralidades e na confluência entre mundos distintos.

PALAVRAS-CHAVE: Alianças afetivas. Giro ético-político. Ancestralidade.

ABSTRACT: This study investigates the ethical and epistemological challenges involved in the relationship between non-Indigenous historians and contemporary Indigenous intellectual productions, based on the research question of how to build affective alliances between different worldviews without reproducing colonial asymmetries. It seeks to understand how historiographical practice can be repositioned in light of Indigenous epistemologies, considering the historian’s role

as a political and ethical ally in the construction of plural narratives. The research adopts a qualitative and reflective approach, grounded in bibliographical analysis and a case study, using as its documentary *corpus* the writings of the “Biographical Album Warrior Women of Ancestrality”, produced by the collective Mulherio das Letras Indígenas, as well as reflections by authors such as Ailton Krenak, Eliana Souza Tremembé, and Felipe Coelho Iaru Yê Takarijú. The analysis reveals the centrality of affective alliances as an ethical mediation between different regimes of historicity and as an instrument for transforming historiographical practice, allowing us to conclude that rethinking the historian’s place implies recognizing the pluriversity of knowledge and building practices grounded in listening, respect for ancestralities, and the confluence between distinct worlds.

KEYWORDS: Affective alliances. Ethical-political turn. Ancestry.

No dia 4 de outubro de 2023, a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG) inaugurou um projeto pensado e desenvolvido por pesquisadores e escritores indígenas, trata-se da Coleção Retomadas¹. Seis obras escritas por pensadores indígenas foram publicadas de uma só vez, contemplando os formatos impresso e digital. A ação, iniciativa do Coletivo de Estudos e Ações Indígenas (CEAI) da UEPG, visa causar impacto dentro e fora do ambiente universitário. O Coletivo iniciou sua trajetória extensionista em 2011, com a implementação de três projetos de pesquisa realizados em conjunto com a comunidade Kaingang da Terra Indígena de Mangueirinha, no Paraná. Desde então, livros, cartilhas e manuais de práticas tradicionais dos povos indígenas parceiros do projeto vêm sendo publicados pela Universidade – um exemplo significativo de aliança possível entre uma universidade e os saberes ancestrais que interessam aos indígenas registrar e publicizar. A Coleção Retomadas nasce assim para fortalecer o compromisso firmado entre a UEPG e os indígenas do Coletivo e das comunidades atendidas, fazendo ecoar as vozes indígenas que se dão no coletivo.

O texto de abertura da Coleção assinado por Eliana Souza Tremembé e Felipe Coelho Iaru Yê Takarijú, afirma que o diálogo entre as universidades e os povos indígenas representa um importante movimento de afirmação das narrativas dos povos originários na história do Brasil. Com o debate e a troca de conhecimentos entre as cosmovisões indígenas e a cosmovisão ocidental, a universidade pode deixar de ser um mero mecanismo de replicação de saberes colonizados, tornando-se uma ferramenta de amplificação dos modos plurais de vida. Os autores ressaltam, todavia, que o estopim para esse diálogo não surge

¹ Disponível em: <https://www.uepg.br/colecao-retomadas/> Acesso em: 13 jan. 2025.

da boa vontade das universidades, antes “da fustigante fricção do movimento dos povos indígenas, que abrem espaço no meio universitário e trazem outras perspectivas, expandindo as discussões acerca dos povos, da relação com a Terra, da relação com a vida e da relação com o consumo” (Tremembé; Iaru Yê Takarijý, 2023, p. 152). Os indígenas destacam a crescente adesão de universidades dispostas a tratar os temas indígenas dentro das salas de aula, bem como desenvolver projetos de pesquisa sobre os sujeitos indígenas. Mas criticam o fato de que em grande parte destas empreitadas, os povos originários ainda são tratados como objetos, cujas cosmologias enfrentam análises estritamente ocidentais.

Para além do diálogo entre universidade e comunidades indígenas em termos institucionais, as pertinentes críticas levantadas pelos autores induzem reflexões acerca do posicionamento político dos historiadores e das historiadoras; a saber, exigem um pensar sobre o lugar social dos profissionais da História no tempo presente. Retomando o debate que o historiador Pedro Telles da Silveira realiza em “História, ação e ética – comentário a respeito de Herman Paul” (2017), somos inspirados a refletir: será que a validação do nosso trabalho apenas pelos pares dá conta das demandas do tempo presente? O que as “virtudes epistêmicas” dos historiadores dizem em relação à sociedade geral? E “o que os historiadores fazem enquanto historiadores quando não estão fabricando história?” (Silveira, 2017, p. 105). O que os historiadores e as historiadoras fazem com a demanda que emerge das comunidades tem-se tornado uma questão primordial para o campo; há cada vez mais trabalhos refletindo sobre o tema.

Importante ressaltar que esses questionamentos são fomentados desde o início da segunda metade do século XX, logo após o mundo ter vivenciado eventos traumáticos, como as duas grandes guerras, o nazismo e o fascismo. O “giro ético-político” – como frequentemente é citado tal exercício teórico-metodológico-reflexivo² – tornou-se recorrente entre as preocupações de muitos historiadores e historiadoras desde então. Trata-se de um “repensar o problema epistemológico da verdade histórica, fazendo-o atravessar simultaneamente a práxis social e o conhecimento histórico, em resposta ao apelo para que os praticantes da disciplina histórica se posicionem mais firmemente na esfera pública” (Silveira, 2017, p. 105). Críticas como as de Tremembé e Iaru Yê Takarijý podem e devem,

² Para apropriar-se deste debate, sugiro o capítulo “O giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia” de Marcelo de Mello Rangel, presente na obra “História: usos do passado, ética e negacionismos”; e o já citado artigo de Pedro Telles da Silveira, “História, ação e ética – Comentário a respeito de Herman Paul”, publicado pela revista História e Cultura.

portanto, ser trabalhadas nos limites de tais reflexões, uma vez que escapam dos horizontes da universidade enquanto instituição, evocando a ação particular dos acadêmicos que ali atuam.

Quando os indígenas adentram a universidade e começam a trazer as cosmovisões de seus povos para a sala de aula, normalmente nasce uma tensão que se dá entre os saberes tradicionais em sua multiplicidade e diversidade, e o saber ocidental em sua presunção de universalidade. “A Universidade em seu nome abriga o conceito do universal e nossos povos são plurais. Para a universidade ampliar o debate com os povos indígenas originários, ela tem que rever seu conceito de universalidade” (Tremembé; Iaru Yê Takarijú, 2023, p. 152). Por sua vez, quando a academia procura comunidades indígenas para propor alguma pesquisa, a tensão criada talvez seja redobrada. Logo, a atenção destinada a tal tensão deverá ser igualmente direcionada pelo acadêmico em questão, uma vez que é preciso respeitar as ancestralidades desses povos e antes de qualquer coisa, escutá-los.

A singularidade da parceria entre pesquisadores não indígenas e indígenas é, portanto, um território sensível, que demanda um mergulho atencioso. Neste artigo, busco refletir sobre os desafios que recaem sobre o historiador não indígena quando este trabalha com histórias indígenas escritas por indígenas. Interessa pensar sobre os cuidados que o historiador profissional deve ter ao utilizar escritos indígenas para suas produções historiográficas, ou seja, quais cuidados éticos devem estar presentes na parceria firmada entre historiadores não indígenas e os indígenas através de seus escritos. Para tanto, primeiro busco refletir acerca das questões éticas do trabalho junto aos indígenas observando os alertas que a pesquisa de campo há décadas produz. Na segunda parte, procuro focar nos escritos indígenas, tomando como exemplo o “Álbum Biográfico Guerreiras da Ancestralidade”, produzido pelo coletivo Mulherio das Letras Indígenas. Em conversa com Ailton Krenak, argumento que a produção de alianças afetivas deve se fazer presente durante todo o processo, requisito primordial para a parceria entre cosmovisões distintas.

O giro ético-político e as alianças afetivas

No *postscriptum* redigido ao final de “A queda do céu”, o antropólogo Bruce Albert destaca os principais desafios enfrentados na produção do livro, resultado de sua parceria de décadas com o xamã yanomami Davi Kopenawa. Ele define a experiência como uma “provação desestabilizante da alteridade cultural e das

dúvidas éticas e políticas que a acompanham” (Albert, 2015, p. 520). A seção “O pacto etnográfico” é de leitura imprescindível para historiadoras e historiadores interessados em trabalhar diretamente com comunidades originárias. Em dado momento Albert se questiona: “como conciliar um conhecimento não exotizante do mundo yanomami, uma sociologia do ‘desenvolvimento’ amazônico que o cerca e uma reflexão acerca das implicações de minha presença de ator-observador nessa situação de colonização interna?” Preliminarmente, ele elenca três pontos aos quais deveria manter-se alerta: 1. “fazer justiça de modo escrupuloso à imaginação conceitual de meus anfitriões”; 2. “levar em conta com todo o rigor o contexto sociopolítico, local e global, com o qual sua sociedade está confrontada”; e 3. “manter um olhar crítico sobre o quadro da pesquisa etnográfica em si” (Albert, 2015, p. 520).

Albert narra, na sequência, que esses pontos – os quais apelida de “imprescindível vigilância epistemológica e ética” – não seriam suficientes para o mergulho que ele imaginava. Por longo tempo, os yanomamis lhe contavam poucas coisas. A desconfiança nutrida pelos séculos de genocídio era um muro sólido muito bem alicerçado. Porém, “a constância com que [ele] suporta as provações físicas, a humildade e a tenacidade de sua vontade de aprender, sem mencionar o estranho distanciamento que exhibe em relação ao próprio mundo, acabam por atrair alguma simpatia de seus anfitriões” (Albert, 2015, p. 521). Ou seja, foi necessária escuta atenta, entrega física e espiritual, e um tempo outro que difere totalmente do tempo ocidental. Foram necessários elementos que nem sempre estão à disposição dos historiadores e historiadoras envolvidos com a academia, ou que nem sempre lhes são naturais. Mas, não fossem tais elementos, e provavelmente Kopenawa não teria deixado de ver Albert como um inimigo para vê-lo como aliado político, digno, inclusive, de sua amizade.

Os desafios do trabalho com comunidades tradicionais também foram publicizados pela professora doutora em Linguística Letícia Fraga, no livro “Saberes integrados: sociedade e universidade” (2018)³. Quando ela, enquanto representante da Universidade Estadual de Ponta Grossa, procurou os líderes

³ No capítulo “O que a extensão tem a contribuir para o debate?”, Fraga descreve como se aproximou dos saberes indígenas, abrindo portas para importantes projetos criados pela UEPG em parceria com os povos indígenas, como a Coleção Retomadas, citada no início deste artigo. A pesquisadora sempre trabalhou com minorias linguísticas, mas como foco em comunidades de imigrantes, e foi a entrada de um aluno Kaingang no curso de graduação em Letras da Universidade que a colocou em contato direto com os povos indígenas. Desde então, Fraga passa a ampliar o foco de suas observações, inserindo ações de extensão em seus projetos de pesquisa, criando mecanismos para tornar as demandas que partem dos povos indígenas demandas da Universidade.

de uma aldeia kaingang situada no estado do Paraná, para explicar os objetivos de sua pesquisa, ouviu do cacique da aldeia: “sim, você vai vir aqui, fazer a sua pesquisa, e o que é que nós ganhamos com isso?” (Fraga, 2018, p. 103). A suposta contribuição acadêmica, o registro de informações sobre a comunidade difundidas para a sociedade e para o Estado – nada disso lhes convencia, nada disso lhes interessava. Pelo cansaço, ela teve o consentimento e deu início aos trabalhos, mas a semente da dúvida tinha sido plantada: “Afim de contas, o que a comunidade poderia ‘ganhar’ com o meu trabalho? É claro que a resposta não veio na hora, mas a percepção de que era minha obrigação ao menos pensar sobre isso tinha se instalado muito fortemente” (Fraga, 2018, p. 104).

Como Albert, ao se esforçar para compreender a visão de mundo daquela comunidade, a pesquisadora criou laços de afeto. Uma vez confiando nela, muitas demandas passaram a ser explicitadas, e eis que os sujeitos transformam o objeto inicialmente proposto pela pesquisadora. Com o avançar dos trabalhos, Fraga sentiu a necessidade de envolver ações de extensão, e os resultados dessa parceria foram alcançados com o lançamento de um livro, algo não cogitado no início do projeto. Quando recebeu um exemplar do livro, o mesmo cacique que a havia confrontado no início do projeto disse que era aquilo que eles precisavam: um material para as crianças lerem no tempo presente, para as professoras utilizarem nas aulas, “que faz um resgate cultural importante, porque tem criança que não conhece mais remédio natural nenhum e isso não pode se perder. Isso é um ganho, era desse tipo de ganho que eu estava falando” (Fraga, 2018, p. 109). Os exemplos citados de Albert e Fraga trazem preocupações que precisam se fazer presentes durante toda a execução dos trabalhos realizados por historiadoras e historiadores, quando em relação com as tradições e saberes ancestrais.

Para o historiador Marcelo de Mello Rangel, “uma relação mais aberta e intensa com a diferença torna possível a construção de um mundo menos violento e mais justo e, num sentido mais propriamente epistemológico, a constituição de enunciados mais adequados a uma realidade complexa” (Rangel, 2023, p. 156). Mas a tematização da alteridade não deve ser o objetivo final. É preciso pensar em como compor nossos trabalhos com a participação desses sujeitos outros, fomentando a dissolução dessa pretensa universalidade junto a esses grupos que carregam outros modos de viver e de enxergar a existência. Em outras palavras, é preciso pesquisar e escrever ‘com’ eles, e não ‘sobre’ eles.

Rangel aponta que tais relações epistêmicas têm sido expostas em muitos trabalhos analisados por ele: “compreensões e objetivos ético-políticos estão na

base das investigações, o que tem, de imediato, a vantagem de certa franqueza e constitui o que podemos chamar de virtude epistêmica” (Rangel, 2023, p. 157). Essa característica conduz a um envolvimento maior dos pesquisadores, em um movimento autocrítico e fundamental perante a ciência complexa e democratizante que se almeja produzir. Mas embora grande parte da historiografia construída dentro dos debates propostos pelo giro ético-político intencione caminhar na direção de se abrir para a alteridade, é preciso não se fechar para as demandas e questionamentos advindos da comunidade. Não podemos abandonar a autorreflexão por supor que nossa parte está feita: a autocrítica deve ser permanente, integrar o trabalho dos pesquisadores do início ao fim e incluir a redação dos trabalhos.

Os exemplos de Bruce Albert com os yanomami e de Leticia Fraga com os kaingang, embora distintos em inúmeros aspectos – como o nível de imersão nas respectivas aldeias e a própria duração do contato –, apontam para algo que lhes foi essencial: os laços de afeto. Não é difícil imaginar que os resultados de suas respectivas pesquisas seriam muito inferiores aos que foram entregues para os povos parceiros, para a academia, e para a sociedade geral. Provavelmente, tais trabalhos teriam utilidade apenas para a academia, em nível interno, não contribuindo com as urgências enfrentadas por ambas as comunidades. Mas o que implica aos historiadores e historiadoras que realizam pesquisas junto às comunidades indígenas – quando inspirados a agir ética e politicamente em suas carreiras – lidar com o afeto? Uma possível e consistente resposta pode ser obtida com o conceito de “alianças afetivas”, na forma como é percebido pelo intelectual indígena Ailton Krenak.

Krenak apresenta o conceito de alianças afetivas no livro “Futuro Ancestral” (2022). O autor conta que se atinou para esse conceito pela primeira vez ao se questionar sobre as experiências vividas com a Aliança dos Povos da Floresta. Ele foi um dos idealizadores da Aliança em 1980, por meio da união de seringueiros e de outras lideranças indígenas na Amazônia, com o objetivo de reivindicar tanto a criação de reservas extrativistas quanto a demarcação de territórios indígenas⁴. Mas, depois de mais de vinte anos de muita dedicação, ele passa a questionar o que chama de uma “busca permanente pela confirmação da igualdade”, uma vez que “alianças políticas nos obrigam a uma igualdade que chega a ser opressora, mesmo aquelas que admitem a existência da diversidade” (Krenak,

⁴ Chico Mendes foi assassinado em 22 de dezembro de 1988 por sua atuação na Aliança.

2022, p. 81-82). Ele não queria que a Aliança virasse um partido, um sindicato, ou uma máscara comum que todos os membros deveriam usar. E assim, atinou ao conceito de alianças afetivas, que “pressupõe afetos entre mundos não iguais” (Krenak, 2022, p. 82).

Kopenawa, por sua vez, inicia o capítulo “Palavras dadas”, de “A queda do céu” (2015), narrando como a amizade com Albert se desenvolveu. O yanomami começa destacando as diferenças existentes entre seus mundos, o idioma, os pensamentos, a própria vida, uma vez que Albert era branco, não indígena. Ele diz: “seus professores não o haviam ensinado a sonhar, como nós fazemos. Apesar disso, você veio até mim e se tornou meu amigo. Você ficou do meu lado e, mais tarde, quis conhecer os dizeres dos *xapiri*, que na sua língua vocês chamam de espíritos” (Kopenawa, 2015, p. 63). Somente depois de acalmados – não eliminados – os conflitos que as diferenças entre dois mundos díspares impõem aos envolvidos, Kopenawa lhe confia suas palavras, as palavras dos ancestrais yanomami, para que fossem conhecidas por Albert e outros não indígenas. Vê-se aqui uma possível aplicação do conceito de alianças afetivas. Krenak diz que “esse movimento não reclama por igualdade, ao contrário, reconhece uma intrínseca alteridade em cada pessoa, em cada ser, introduz uma desigualdade radical diante da qual a gente se obriga a uma pausa antes de entrar: tem que tirar as sandálias, não se pode entrar calçado” (Krenak, 2022, p. 82).

Talvez o que as historiadoras e os historiadores engajados no trabalho com comunidades indígenas precisem seja “tirar as sandálias” da academia, da disciplina, da epistemologia. É preciso pausar as certezas antes de iniciar o contato, antes de dar início ao ainda frequente processo de ‘encaixotamento de cosmovisões’ que escapam à sua compreensão. Portanto, a pergunta não seria ‘como desenvolver laços de afeto com determinada comunidade’, ou ‘como conquistar a amizade de determinada liderança’; o afeto se inicia com o desarme de si. Krenak fala que só conseguiu experimentar outros mundos quando foi “experimentar a dança das alianças afetivas, que envolve a mim e uma constelação de pessoas e seres na qual eu desapareço: não preciso mais ser uma entidade política, posso ser só uma pessoa dentro de um fluxo capaz de produzir afetos e sentidos” (Krenak, 2022, p. 82-83). Para que mundos díspares se conheçam e se afetem, é preciso aceitar que nossa forma de compreender e exercitar a vida não é a única.

Após pensar brevemente sobre a convivência entre a cosmovisão ocidental e as cosmovisões indígenas, quando estas adentram os muros das universidades,

recurso ao conceito de alianças afetivas como essencial aos historiadores e historiadoras que realizam trabalho de campo em comunidades indígenas, buscando problematizar uma terceira forma de interação entre historiadores ocidentais e populações indígenas: o diálogo entre um historiador e fontes escritas produzidas por indígenas coetâneos. De antemão, cabe destacar que a análise de uma fonte escrita difere-se dos casos de campo previamente discutidos. Para os povos indígenas, a escrita se tornou uma ferramenta indispensável, utilizada para transmitir e salvaguardar os saberes e as tradições, mas também para recobrar direitos e dialogar com os algozes. A literatura indígena “tem contornos de oralidade, com ritos de grafismos e sons de floresta, que tem em suas entrelinhas um sentido de ancestralidade, [...] para servir de mecanismo para que os não indígenas conheçam um pouco mais da riqueza cultural dos povos originários” (Hakiy, 2018, p. 38). Se, no trabalho de campo, o historiador é convidado a retirar as sandálias de sua formação para de fato escutar outras epistemologias, a análise de uma fonte escrita exige não apenas esse descalçar como uma atenção hercúlea, uma vez que o risco de essencializar distintas cosmovisões é ainda mais presente neste tipo de fonte, especialmente porque se lida com documentos escritos por povos distintos.

Se a literatura ocidental tem o peso do cânone, da evolução do pensamento e da civilização, a literatura indígena, por sua vez, tem o peso da ancestralidade “por carregar um povo, história de vida, identidade, espiritualidade. Essa palavra está impregnada de simbologias e referências coletadas durante anos de convivência com os mais velhos, tidos como sábios e guardiões de saberes e repassados aos seus pela oralidade” (Kambeba, 2018, p. 40). Pensar nas diferenças entre a escrita indígena e a escrita não indígena pode ser um caminho interessante para manter-se alerta ao risco de essencialização, uma vez que a ancestralidade se faz presente nas palavras impressas, assim como na oralidade presente no trabalho de campo. Para o historiador Edson Kayapó, trata-se de trazer à superfície as histórias indígenas escritas por eles mesmos: “a literatura protagonizada por indígenas é uma tentativa de transmitir, conhecer e entender o mundo sobre outras perspectivas” (Kayapó, 2015). Grande parte da literatura indígena já atua enquanto escrita das histórias de seus povos. Cabe aos historiadores não indígenas refletir se tal movimento não revela uma inabilidade da história, enquanto disciplina, para lidar com o jeito próprio de pensar e de viver desses povos. Dito de outra forma, cabe aceitar – teoricamente – a legitimidade dessas outras formas de habitar o mundo.

A partir de um breve exercício reflexivo, na próxima seção, procuro estabelecer um diálogo inicial entre a História e o “Álbum Biográfico Guerreiras da Ancestralidade”, produzido pelo coletivo Mulherio das Letras Indígenas. Como essa rede de mulheres articula sentidos para a experiência do tempo, para a escrita da história, e para o próprio ofício do historiador? Que tensões e possibilidades esse tipo de documento coloca para a periodização, a autoria e a materialidade na pesquisa histórica? Visando responder tais questões, evoco o conceito de alianças afetivas de Krenak, enquanto busco dialogar com outros pensadores e pensadoras indígenas.

O conceito de alianças afetivas é operacionalizado na leitura e análise do álbum, principalmente, a partir das possibilidades de construção de vínculos político-afetivos que visam transcender alianças institucionais e político-partidárias, baseando-se no reconhecimento da diferença e da alteridade entre pessoas e mundos não iguais. Essas alianças – neste caso, entre um pesquisador não indígena e um coletivo de mulheres indígenas – partem de afetos profundos que criam relações de coexistência, empatia e cuidado, fundamentais para a preservação dos territórios, culturas e futuros, debate tão presente nestes tempos em que tanto se discute acerca dos avanços da crise climática. Acredito, assim, que as alianças afetivas são formas de resistir à persistência do colonialismo e à lógica capitalista predatória, e que a humanidade precisa estabelecer alianças com os povos indígenas, uma vez que a reconfiguração das relações humanas e das relações que temos com a natureza é uma emergência que perpassa a defesa de suas culturas.

Mulheres indígenas⁵ em movimento, História em movimento

O “Álbum Biográfico Guerreiras da Ancestralidade” foi lançado em 2022, sendo o primeiro livro publicado pelo Mulherio das Letras Indígenas. Trata-se de um artefato cultural que, de um lado, busca se comunicar com os não indígenas e, do outro, é útil para os próprios indígenas. Com os não indígenas, o documento negocia respeito e direitos; já com os indígenas, é útil para difundir valores,

⁵ As mulheres indígenas são compreendidas a partir de sua condição específica de pertencimento aos povos originários, portadoras de saberes ancestrais e protagonistas nas resistências culturais e políticas. Elas vivenciam e enfrentam formas múltiplas e interconectadas de opressão, marcadas pelas dimensões de gênero, etnia e colonialismo. Exercem papéis centrais na organização social de suas comunidades, na preservação e transmissão de conhecimentos tradicionais, bem como nas lutas por direitos coletivos (Saraiva; Miki, 2025). Assim, se diferem das mulheres não indígenas, uma vez que grande parte dos processos de opressão e dos papéis sociais vivenciados por estas têm dinâmicas diferentes das vivências das mulheres indígenas, já que as mulheres não indígenas vivem suas experiências de gênero dentro dos referenciais das sociedades majoritárias.

significados e características das diversas identidades representadas no álbum, servindo, assim, como meio de comunicação entre gerações. A obra é dividida em duas partes: na seção intitulada “Ode às mulheres indígenas que nos inspiram: nossas escritoras pioneiras e as Guerreiras da Ancestralidade”, personalidades como Sônia Guajajara, Joziléia Kaingang, Eliane Potiguara, dentre outros nomes conhecidos Brasil afora, têm registradas suas trajetórias na literatura e na luta, através de pequenas biografias. A segunda parte apresenta uma coletânea dos textos produzidos pelas sessenta e três autoras que integram esta primeira edição, além de pequenas biografias de cada uma delas. A obra venceu a 65ª edição do Prêmio Jabuti, na categoria Fomento à Leitura, momento em que foi destacada sua qualidade e relevância, colocando-a como uma contribuição significativa para a valorização da diversidade cultural e literária no Brasil.

Tanto o coletivo quanto o álbum reúnem escritoras e poetas indígenas de várias etnias e regiões do país, resultando em uma espécie de mapeamento representativo das produções literárias de inúmeros povos. Nas biografias, as escritoras falam sobre a história de seus povos, narram processos de retomada de suas identidades invisibilizadas, expõem os desafios, conflitos e as vitórias pessoais e coletivas em suas aldeias, mas também no campo e na cidade, no caso das não aldeadas. Acima de tudo, reverenciam suas ancestralidades. Embora cada uma das sessenta e três escritoras tenha redigido suas próprias biografias individualmente, esses temas perpassam as produções de todas elas, confirmando a intenção do “ser coletivo”, uma coletividade que lhes é inerente: “Desde o projeto gráfico, ao designer, aos escritos e edição, tudo feito por nossas parentas, num clima de cooperação e amorosidade. Somos uma rede de irmãs em marcha pela visibilidade de todas sem distinção, com muita honra e a força de nossos encantados” (Potiguara; Ratton, 2022, p. 8). Após cada biografia vem a produção artística multigênero – poesia, conto, crônica – com uma característica marcante que as curadoras do álbum melhor definem: “são escritas insubmissas existenciais de nossas manas” (Pimentel *et al.*, 2022, p. 10).

A proposta de dialogar com fontes escritas produzidas por indígenas coetâneos, enquanto exercício que visa um ‘retirar as sandálias’, um abrir-se para as alianças afetivas possíveis em meio à diferença que nos é óbvia – elas, mulheres e indígenas; eu homem e não indígena – exige algumas problematizações. De início, surge uma questão essencial: é coerente afirmar que o “Álbum Biográfico Guerreiras da Ancestralidade” é uma fonte histórica? Quando Flavia Galli Tatsch e Leandro Karnal afirmam que “documento histórico é qualquer fonte sobre o

passado, conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita” (Karnal; Tatsch, 2009, p. 24), talvez a resposta mais lógica fosse não: o álbum analisado não se encaixa nessa definição enquanto fonte. As autoras estão vivas, falam de experiências de si e de um coletivo vivo ao qual pertencem, pretendem intervir no presente, garantir outros futuros possíveis. Mas, como se trata de uma reflexão dentro do âmbito da história do tempo presente, é possível complexificar um pouco esta resposta.

O historiador Hugo Fazio Vengoa afirma que a urgência em se produzir um tipo de saber que permita entender os fenômenos em curso dentro de seus contextos é um sintoma do caráter opressivo do presente. A história do tempo presente, portanto, “se interessa em inscrever o presente nas profundidades e espessuras do tempo histórico” (Vengoa, 2022, p. 35). A historiadora Márcia Maria Menendes Motta, por sua vez, aponta que “a história do tempo presente é o lugar autorizado para se construir uma narrativa científica acerca do que vivemos, de como vivemos, do que estamos consagrando como memória e, por contraste, do que estamos esquecendo” (Motta, 2012, p. 34). Em “Fio que se faz trama” (2022), os historiadores Augusto Bruno de Carvalho Dias Leite, Marcelo de Mello Rangel e Rogério Rosa Rodrigues percebem “uma tendência cada vez mais significativa de pensarmos o mundo contemporâneo em nossa disciplina com base numa preocupação significativa com a alteridade ou diferença, com modos de ser e perspectivas que têm sido obscurecidas e vulnerabilizadas” (Dias Leite; Rangel; Rodrigues, 2022, p.53).

Os contornos teóricos da história do tempo presente parecem autorizar uma leitura que tome o álbum em questão como uma fonte histórica. Outras tantas vozes da historiografia poderiam ser invocadas aqui para embasar esta argumentação, mas não interessa, neste trabalho, realizar uma historicização acerca da expansão das fontes possíveis na disciplina. Cabe, ainda, refletir sobre as tensões e possibilidades que esse tipo de documento coloca para a pesquisa histórica.

Em “Historicidades em deslocamento: temporalidade e política em mundos ameríndios” (2023), Guilherme Bianchi diz que não se trata de igualar as narrativas indígenas ao que entendemos por história, muito menos de afirmar que tais narrativas carecem de historicidade, “mas de reconhecer que, como expressões legítimas de postulados sobre o mundo, as verdades míticas e cosmológicas são, também, narrativas sobre a história, ainda que não sejam

necessariamente narrativas históricas” (Bianchi, 2023, p. 26). Assim, cabe-nos, enquanto historiadores não indígenas, “abordar o mito pela sua capacidade de tornar o mundo significativo, a partir das formas pelas quais sua imagem emerge conceitualmente em processos histórico-políticos de conflito, resistência e negociação” (Bianchi, 2023, p. 90). É preciso buscar formas não invasivas, epistemologicamente, de forma a nos permitir pôr em prática um exercício genuíno de compreensão destas cosmovisões, sem, todavia, reduzi-las aos contornos da nossa tradição disciplinar.

A vida cotidiana de muitos povos indígenas está em constante diálogo com o que a tradição ocidental considera como passado. As práticas tradicionais, as cosmologias e as decisões comunitárias são tomadas levando em conta o que os ancestrais deixaram como legado. Neste sentido, o presente indígena nunca é puramente ‘contemporâneo’, porque ele carrega consigo elementos do passado que continuam vivos: os ancestrais habitam o presente, os encantados habitam o presente. Tais questões foram exploradas com maior profundidade na dissertação de mestrado intitulada “Invocar como devir: ancestralidade, políticas do tempo e história do tempo presente”, de minha autoria (Silva, 2025). Para o que se pretende neste trabalho, todavia, talvez o mais interessante seja pensar a questão a partir do conceito de alianças afetivas: como conviver com as diferenças e produzir uma história que não essencialize o outro a partir deste tipo de documento?

Krenak diz que experimentar a dança das alianças afetivas lhe permitiu escapar de uma certa institucionalização que elimina o sentir. Somente com este movimento é possível experimentar outros mundos, se abrir para outras cosmovisões, se abrir para a possibilidade de mundos diferentes se afetando positivamente pela diferença (Krenak, 2022, p. 83). Nesta direção, não faz sentido, para este exercício de análise e experimentação, definir o “Álbum Biográfico Guerreiras da Ancestralidade” como uma fonte histórica. Se pretendo verificar como essas mulheres indígenas articulam sentidos para a experiência do tempo, para a escrita da história, e para o próprio ofício do historiador, respeitando seu protagonismo ancestral e buscando imaginar a construção de outros mundos possíveis, acredito ser mais profícuo pensar que estamos em um diálogo. Não se trata, portanto, de colocar-se enquanto historiador detentor de uma epistemologia superior capaz de analisar uma obra e extrair dela sentidos que se encaixem na disciplina. Mais válido, dentro desta perspectiva afetiva, seria abrir-se para o contato e para a possibilidade de imaginar outros mundos possíveis; é permitir-se afetar.

No que tange aos sentidos articulados para a experiência temporal, desde a abertura do álbum somos convidados a expandir nossas pretensas universalidades. Na breve dedicatória lê-se que a obra é dedicada “às mulheres indígenas de nossas ancestralidades. [...] Somos gratas pelas sementes que plantaram, pois graças a essa sementeira, somos filhas, netas e bisnetas de seus frutos” (Potiguara; Ratton, 2022, p. 3). O prefácio do álbum, escrito pela escritora Eliane Potiguara, apresenta, na sequência, a afirmação de que os povos indígenas “guardam a identidade e a ancestralidade como maiores patrimônios para vidas futuras” (Potiguara, 2022, p. 5). Maria Valéria Rezende, em seu “Chamado”, convida as mulheres, homens e crianças leitoras do álbum a conhecer e saborear “as palavras de nossas irmãs, que nos devolvem nossas origens, a palavra de nossas avós, bisavós, tataravós, senão de sangue, por certo de palavras! Foi de seus cantos junto às nossas redes e de suas artes junto ao fogo que nossa vida de todos os dias se forjou!” (Rezende, 2022, p. 7). Nestas poucas linhas, extraídas do início da obra, percebe-se algumas características inerentes à ascensão dos usos do conceito de ancestralidade no tempo presente, da retomada de um tempo que não passou, antes, se faz presente.

Se, etimologicamente, a ancestralidade articula sentidos para o passado, nos usos propostos por estas mulheres o conceito aparece conectado ao desejo de impactar o tempo presente, em uma ação performativa que visa ainda descortinar outros futuros possíveis. Mais que articular sentidos para o passado, portanto, nos trechos destacados percebe-se uma intenção de intervir no presente por meio da produção, da renovação ou da retomada de elos geracionais historicamente fragilizados. A escritora Márcia Wayma Kambeba – uma das ‘mulheres referência’ homenageadas na primeira parte do álbum – destaca o “peso ancestral” da literatura indígena, que é semelhante ao canto, às danças e aos rituais. A literatura indígena se diferencia das outras literaturas por evocar histórias de vida, por carregar um povo, identidades e espiritualidades enraizadas no âmago do ser indígena. “Essa palavra está impregnada de simbologias e referências coletadas durante anos de convivência com os mais velhos, tidos como sábios e guardiões de saberes e repassados aos seus pela oralidade” (Kambeba, 2018, p. 40). Mas ela alerta que a literatura indígena, nem por isso, representa uma troca da oralidade pela escrita; a transmissão oral segue colocando as culturas indígenas em movimento.

Mesmo quando aparece como ‘retomada ancestral’ nas produções de muitas escritoras que compõem a antologia, a ancestralidade direciona às

temporalidades múltiplos sentidos. Aline Ngrenhtabare Lopes Kayapó faz um convite às suas parentas: “Descaravele-se”. Logo no início do poema ela fala das “Lembranças de resistências / Perdidas no tempo / Achadas na memória / Que conhece o caminho de volta” (Lopes Kayapó, 2022, p. 32). A obra chama a atenção das parentas, convidando-as a olhar para trás, para as guerreiras que, no passado, lutaram e resistiram às caravelas, às inúmeras violências perpetradas pelos colonizadores europeus, sem abandonar suas ancestralidades. Não foi fácil: estima-se que milhões de indígenas foram assassinados, mas houve resistência, tanto que mais de trezentos povos estão aqui, no tempo presente, para reivindicar seus direitos ancestrais. A temporalidade se mostra complexa no poema, como em outras obras que integram a antologia. Ao mesmo tempo que Kayapó convida as parentas a olhar para trás, adquirindo a força necessária para agir e (re)existir, ela termina dizendo: “A correnteza é amiga / Para longe te levará / Sem caminho pra voltar!” (Lopes Kayapó, 2022, p. 32), evocando o futuro.

Na crônica de si “Memórias de indígenas-mulheres: as oleiras do fogo”, Miguelina Tupinambá celebra sua tradição ancestral, especialmente o fato dela pertencer a uma longa sucessão de gerações de ceramistas. Ela afirma, porém, que não chegou a ver a mãe trabalhando com cerâmica, uma vez que seus pais não estavam aldeados e a vizinhança na cidade não permitia a manutenção da tradição por conta da fumaça: “essas lembranças muito dolorosas me dão forças para dar continuidade nessa prática ancestral, que foi interrompida por esse triste episódio, ressignificando tudo isso em nossa família” (Tupinambá, 2022, p. 164). Kelly Potiguara ressalta, em seus escritos, sua conexão ancestral com os ritos, a mãe natureza e a cura pela terra. A escritora busca difundir, em seus poemas e crônicas, a importância de retomar o que as violências coloniais invisibilizaram em seu povo: “é esse o sentimento que emerge, a força da conexão com minhas ancestrais e do poder da cura que vem da mãe natureza, [...] hoje resgato a riqueza da culinária do meu povo, buscando unir em meus pratos, a sabedoria ancestral, os elementos da terra e meu amor pela culinária” (Potiguara, 2022, p. 140-141).

São inúmeros os relatos de espoliação de práticas e saberes tradicionais em violências perpetradas por não indígenas, como os encontrados em Tupinambá e Potiguara. Tais relatos não se limitam às autobiografias; antes, se fazem presentes nos poemas, contos e crônicas de quase todas as mulheres publicadas na coletânea. Durante a leitura, nos deparamos com um coletivo de mulheres a expor não apenas as violências sofridas no nível do genocídio secular, da perda de territórios, do apagamento linguístico, mas também das violências de gênero.

Não é à toa que o coletivo seja formado apenas por mulheres; há um propósito: mulheres unidas contra a violência que ainda hoje as atinge, contra o machismo e o patriarcado. Como afirma Eliane Potiguara, essas mulheres cumprem “a excelência na conscientização dos povos por meio de nossas letras indígenas nos meios de comunicação, nas tecnologias de informação, nos setores educacionais, inclusive político-partidário, pois sem políticas públicas, para nós mulheres e o meio ambiente, não se constrói nada” (Potiguara, 2022, p. 60).

As experiências narradas por essas mulheres conformam uma pluralidade tal que gera uma força motriz capaz de transformar a escrita da história de seus povos e da história indígena em geral e, no mínimo, tornam-se fonte de inspiração para que abordagens mais amplas, sensíveis e inclusivas sejam viabilizadas pela historiografia acadêmica. Na coletânea “Literatura indígena contemporânea: autoria, autonomia e ativismo”, o historiador e professor Casé Angatu afirma que os indígenas procuram “fortalecer os caminhos da decolonialidade⁶ (fim da dominação das imposições externas) a partir de nossos saberes, linguagens e vivências como forma de também fortalecer a resistência e (re)existência indígena e de todos que lutam ‘por um mundo onde caibam vários mundos’” (Angatu, 2020, p. 62). No álbum, os saberes ancestrais são exaltados, tanto que muitas das mulheres afirmam estar “em retomada”, atrás do que lhe foi negado. Fazem-no como estratégia, não apenas de resistência, mas também de existência: pelo direito de existir enquanto mulher, indígena, detentora das tradições de seu povo e livre para praticar seus ritos e costumes, seja na aldeia, no campo ou na cidade. Esse direito à existência inclui a escrita da história; a mobilização em coletivos também diz respeito a isso.

Algumas considerações finais

As alianças afetivas, enquanto categoria, sugere que reconheçamos a alteridade que é intrínseca a cada pessoa, uma desigualdade radical que nos leva a parar e a agir com cautela, nos convida a escutar o diferente, a interagir com

⁶ Na obra “Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico”, três grandes estudiosos do pensamento decolonial – Joaze Bernardino-Costa, Nelson Maldonado-Torres e Ramón Grosfoguel – refletem acerca dos processos da colonialidade em relação com a modernidade, remontando ao século XVI. Enquanto tais processos visavam alimentar a latência da colonialidade fortalecendo-a, os autores chamam atenção para o fato de que tais processos não escaparam de momentos, ações e eventos de resistência política e epistêmica. É esse fenômeno de resistência que eles nomeiam decolonialidade, giro decolonial ou projeto decolonial. A fala de Angatu parece coadunar com a visão dos autores, para quem a decolonialidade tem a “capacidade de esclarecer e sistematizar o que está em jogo, elucidando historicamente a colonialidade do poder, do ser e do saber e nos ajudando a pensar em estratégias para transformar a realidade” (Bernardino-Costa; Maldonado-Torres; Grosfoguel, 2018, p. 10).

ele e a afetar-se pelo outro. Para além do difícil exercício aqui proposto, ou seja, o historiador procurando desvencilhar-se de suas preconcepções ocidentalizadas, abrindo espaço para a criação de alianças afetivas com o que está distante de sua cosmovisão, vale, primeiro, destacar o fato de que o próprio “Álbum Biográfico Guerreiras da Ancestralidade” é um exemplo prático da produção de alianças afetivas. São sessenta e três mulheres advindas de distintos povos indígenas, de diferentes regiões do país, com costumes, saberes, rituais e identidades próprias de cada povo, unindo-se em uma espécie de ‘identidade virtual’ coletiva, transformada em estratégia de luta. A dinâmica dos afetos é latente em toda a obra.

Há um comentário no prefácio de “A queda do céu”, feito pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, sobre o desabafo de Bruce Albert quanto à “provação desestabilizante” que vivenciou no início do contato com os yanomami. Para ele, “os nativos aceitam se objetivar perante o observador estrangeiro na medida em que este aceite (e esteja tecnicamente preparado para isso) representá-los adequadamente perante a sociedade que os acossa e assedia” (Castro, 2015, p. 32). Acredito não ser muito diferente dos cuidados éticos necessários quando a troca acontece entre um historiador não indígena e produções escritas por indígenas coetâneos – ou não. É preciso ter responsabilidade pelas vidas alheias, por culturas outras que não a própria. Os casos de apropriação de saberes indígenas e de deturpação de suas cosmovisões são incontáveis na história da ciência ocidental. O historiador não indígena que pretende se aventurar pelos caminhos da ancestralidade indígena no tempo presente, portanto, deve manter no horizonte os abusos cometidos por seus colegas e agir na direção oposta, sendo um aliado político dos povos com os quais aprende.

Na introdução deste trabalho, apresento algumas críticas à análise embranquecida que acadêmicos direcionam às cosmovisões indígenas. Eliana Souza Tremembé e Felipe Coelho Iaru Yê Takarijú retornam para nos lembrar que, independente do formato da interação, a singularidade dos povos indígenas precisa ser respeitada: “Cada povo tem uma maneira de viver, sentir e perceber a Terra e o território onde está. Logo, para uma proposta de aproximação e diálogo entre nossos povos e a Universidade, é necessário que esta entenda que nossos povos não são genéricos” (Tremembé; Iaru Yê Takarijú, 2023, p. 152). Mas, se para imaginar outros mundos possíveis nós, historiadoras e historiadores não indígenas, precisamos nos permitir ser afetados pelo outro, pelos saberes outros, cabe aqui uma última reflexão: para nos afetar, precisaremos negar o

lugar social de nosso ofício, preservando, assim, as singularidades indígenas que, em muitos aspectos, escapam aos contornos disciplinares de nossa disciplina? Acredito que mais válido seria aprendermos a conviver com as diferenças entre nossas cosmovisões, a ‘dançar com elas’. Como nas palavras do poeta e intelectual quilombola Nego Bispo, mais válido seria “confluir”: “Não tenho dúvida de que a *confluência*⁷ é a energia que está nos movendo para o compartilhamento, para o reconhecimento, para o respeito. Um rio não deixa de ser um rio porque conflui com outro rio, ao contrário, ele passa a ser ele mesmo e outros rios, ele se fortalece” (Bispo dos Santos, 2023, p. 4).

A “dança das alianças afetivas” proposta por Krenak nos convida a complexificar e a transformar o lugar da História, reposicionando o papel do historiador no mundo contemporâneo. Ela enseja uma redefinição concreta da prática historiográfica, uma vez que as alianças afetivas necessitam ser articuladas a partir do respeito à policronia temporal inerente às cosmovisões indígenas, à conexão que os povos detêm com um futuro ancestral, futuro este que se constrói em relação educativa e de cuidado com as crianças, os anciãos, os encantados e com a terra, a partir do fortalecimento da ideia de um mundo interdependente e em constante transformação. Ou seja, essa dança não pode ser encarada apenas como a produção de afetos no nível da poesia, ela requer ação. É preciso tensionar os limites teóricos da nossa disciplina, fazendo tremer as colunas que estruturam eventuais práticas que podem ainda coadunar com processos de exclusão.

Referências

ALBERT, Bruce. *Postscriptum*: Quando eu é um outro (e vice-versa). In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ANGATU, Casé. Carama suí îe'emonguetás îe'engaras: Carubas Moemas îe'engas (Re)Existências Indigenamente Decoloniais. In: DORRICO, Julie; DANNER, Fernando; DANNER, Leno Francisco (Orgs.) **Literatura indígena brasileira contemporânea: autoria, autonomia, ativismo**. Porto Alegre: Editora Fi, 2020. p. 61-72.

BERNARDINO-COSTA, Joaze; MALDONADO-TORRES, Nelson; GROSGOUELL, Ramón. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.

⁷ Grifo do autor.

DIAS LEITE, Augusto Bruno de Carvalho; RANGEL, Marcelo de Mello; RODRIGUES, Rogério Rosa. Os tempos da História: novas perspectivas. In: **Fio que se faz trama: a história do tempo presente e a responsabilidade na pesquisa**. Vitória: Milfontes, 2022.

FAZIO VENGOA, Hugo. La historia del tiempo presente: composición, temporalidade y pertinencia. In: **História do tempo presente: mutações e reflexões**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

FRAGA, Letícia: Pesquisa “Sobre” ou “Com” Comunidades Indígenas: O Que a Extensão Tem a Contribuir Para o Debate? In: CORREA, Djane Antonucci. **Saberes integrados: sociedade e universidade**. Ponta Grossa: Container Edições; Edições Muitas Vozes, 2018.

HAKIY, Tiago. Literatura indígena - a voz da ancestralidade. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p.27-36.

HERCULANO, Ernandes Saraiva; MIKI, Pérsida da Silva Ribeiro. O papel das mulheres indígenas na Amazônia: saberes, educação e resistência. **Aracê**, [S. l.], v. 7, n. 8, p. e7098, 2025. DOI: 10.56238/arev7n8-058. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/7098>. Acesso em: 9 nov. 2025.

LOPES KAYAPÓ, Aline Ngrenhtabare. Descaravele-se. In; POTIGUARA, Eva; RATTON, Vanessa (orgs.). **Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas**. Guarujá, SP: Amare, 2022.

KAMBEBA, Márcia Wayma. Literatura indígena: da oralidade à memória escrita. In: DORRICO, Julie; DANNER, Leno Francisco; CORREIA, Heloisa Helena Siqueira; DANNER, Fernando (Orgs.). **Literatura indígena brasileira contemporânea: criação, crítica e recepção**. Porto Alegre: Editora Fi, 2018. p.39-44.

KARNAL, Leandro; TATSCH, Flavia Galli. A memória evanescente. In: **O historiador e suas fontes**. PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (org.). São Paulo: Contexto, 2009.

KAYAPÓ, Edson. **Literatura e protagonismo indígena por Edson Kayapó - IFBA**. Palestra proferida no IX Simpósio Linguagens e Identidades da/na Amazônia Sul-Occidental, 6. nov. 2015. Disponível em: https://youtu.be/U4RxcW5xZmc?si=GoMcL61bicY_SoW_. Acesso em: 3 set. 2024.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KOPENAWA, Davi. Palavras dadas. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, memória e tempo presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

PIMENTEL, Aldenora; KAYAPÓ, Aline Ngrenhtabare; BORUM-KREN, Bárbara Flores; D’MARIA, Cláudia Flor; POTIGUARA, Eva; KAMBEBA, Márcia Wayna; TREMEMBÉ, Telma. Curadoria. In: POTIGUARA, Eva; RATTON, Vanessa (orgs.). **Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas**. 1. ed. Guarujá, SP: Amare, 2022.

POTIGUARA, Eliane. São Sagradas, as Mulheres Indígenas. In: POTIGUARA, Eva; RATTON, Vanessa (orgs). **Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas**. Guarujá, SP: Amare, 2022.

POTIGUARA, Kelly. Canto dos pássaros. In: POTIGUARA, Eva; RATTON, Vanessa (orgs). **Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas**. Guarujá, SP: Amare, 2022.

POTIGUARA, Eva; RATTON, Vanessa (orgs). **Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas**. Guarujá, SP: Amare, 2022.

RANGEL, Marcelo de Mello. O giro ético-político na teoria da história e na história da historiografia. In: **História: usos do passado, ética e negacionismos**. RODRIGUES, Rogério Rosa et al. (org.). São Paulo: Pimenta Cultural, 2023.

REZENDE, Maria Valéria. Chamado! In: POTIGUARA, Eva; RATTON, Vanessa (orgs). **Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas**. Guarujá, SP: Amare, 2022.

SILVEIRA, Pedro Telles da. História, Ação e Ética - Comentário a respeito de Herman Paul. **História e Cultura**. v. 6, n. 3, p.104-127, dez-mar. 2017. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/6234992.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2026. TREMEMBÉ, Eliana Souza; IARU YÊ TAKARIJÚ, Felipe Coelho. Coleção Retomadas. In: GUARANI NHANDEWA, Géssica Nunes. **Universidade território indígena**. Ponta Grossa: UEPG/PROEX, 2023.

TUPINAMBÁ, Miguelina. Memórias de indígenas - Mulheres: as oleiras do fogo. In: POTIGUARA, Eva; RATTON, Vanessa (orgs). **Álbum biográfico Guerreiras da Ancestralidade: Mulherio das Letras Indígenas**. Guarujá, SP: Amare, 2022.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Prefácio. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.